

DEUSMIRA MARIA BATISTA



O TRABALHO NA MODERNIDADE

CONCEPÇÃO: JOHN LOCK

5 - 30768

Tombo n°	7143
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	12.03.03

DEUSMIRA MARIA BATISTA

O TRABALHO NA MODERNIDADE CONCEPÇÃO: JOHN LOCK

Trabalho apresentado à FACER como requisito parcial a Disciplina Dissertação Filosófica II, para fins avaliativos do professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

AGRADECIMENTOS

No término desse curso, agradeço a Deus pelo dom da sabedoria, com o qual obtive forças para discernir o bem o mal e aperfeiçoar a arte da razão, com a qual se desenvolve o “pensar em filosofia”.

A minha mãe (in memória) junto a Deus que com lutas e sacrifícios me fez ter gosto pelo estudo.

Ao meu irmão (Juarez Batista da Silva) que em todos os momentos de desânimo, soube reerguer-me.

Ao meu esposo (Iraídio Matias Bernardes) que esteve presente em todos os momentos com sua solidariedade, ficando em casa com meus filhos, sendo mãe muitas vezes.

Aos meus herdeiros: Samuel e Wanessa, que são minhas pérolas raras.

Aos professores da FACER, que com afínco souberam nos direcionar, a diretora e demais orientadores.

Aos colegas, da 1ª turma de formandos em Filosofia, com os quais convivi durante quatro anos, em laços de amizade e alteridade.

Enfim a todos que com sorrisos nos encorajaram a concluir essa grande etapa do saber.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado, aos meus familiares, Wanessa Matias Batista, Iraídio Matias Bernardes e Samuel Matias Bernardes, que dia-a-dia estão ao meu lado. Que acreditaram no meu potencial de luta, que souberam me compreender nos momentos de afastar do lar para freqüentar a sala de aula.

Em especial às colegas: Comadre Helhamar e Marília Torres, que muito me ajudaram nessa conclusão. É de pessoas assim tão especiais como vocês, que precisamos para reagirmos nas horas difíceis e alcançarmos a vitória.

INTRODUÇÃO

Com essa dissertação filosófica, vamos perceber que trabalho é toda atividade, pela qual o homem, no exercício de suas forças físicas e mentais, direta ou indiretamente transfigura a natureza para transformá-la e colocá-la a seu serviço. Que trabalho abrange a todos os níveis de formação humana: desde os humildes serviços domésticos até a especulação científica e a pesquisa tecnológica, passando por todas as atividades artísticas, sendo remunerado ou não, conforme seja realizado com fins altruísticos, desenvolvimento dos talentos, das forças pessoais, ou meio de subsistência. Que existem várias formas de trabalho: aquele que exige maior dispêndio de energias espirituais, como o trabalho científico ou administrativo; outros que exigem mais energias físicas como o de um servente de construção... Mas que qualquer forma de trabalho humano, tem uma dignidade inalienável por isso mesmo é atividade de um ser racional e livre e que seu valor não se mede apenas pela categoria a que pertence cada um, mas principalmente pela perfeição com que é realizado.

Nessa monografia, teremos a visão de vários pensadores sobre o que é o trabalho, o que foi e como é visto na modernidade e o que se tem pensado sobre várias categorias trabalhistas. Mas concentraremos na visão de John Locke que considera o homem como sendo proprietário de si mesmo, de como é conceituada a propriedade privada e como o trabalho dá direito à mesma. E como Deus criou o mundo, presenteando o homem e exigindo que também desse continuidade a sua obra, que não estava por de tudo acabada e que trabalhasse para o benefício e a conveniência da vida.

JOHN LOCK

John Lock, nasceu em 29 de agosto de 1632, filho de uma família burguesa, comerciantes da cidade de Bristol na Inglaterra. Médico, filósofo e político. Recebeu influências escolásticas e outras que enfatizavam a importância da tolerância religiosa. Influência de Descartes que o libertou do ininteligível modo de falar escolástico. Lock teve interesses diversificados: química, meteorologia, teologia e optou pela medicina como atividade profissional. Foi o primeiro a formar o moderno conceito de elementos químicos.

O pensador John Lock, valorizava a experiência como fonte de conhecimento sistematizando a filosofia empírica.

Ingressou-se nos mais altos círculos políticos e intelectuais da Inglaterra, foi lorde e também conde de Shaftesbury. Escreveu várias obras, entre elas o Ensaio sobre o Entendimento Humano na qual trabalhou quase vinte anos. E uma de suas dissertações filosóficas concebe o trabalho como:

Não é consequência inevitável e natural de pobreza, não é meio de aboli-la, não é a origem da propriedade, pois o homem possui a si mesmo em todo seu contexto de liberdade, razão e proprietário de suas capacidades. Não concebe a propriedade como sendo a origem da aquisição, da conquista ou da divisão original do mundo comum. O que o interessava era uma atividade que tivesse características de apropriar-se sem privatizar-se

O QUE É TRABALHO?

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. É uma forma elementar das ações humanas: às vezes carregada de dor, emoção, tortura, suor de rosto, fadiga. Acima de aflição e fardo, é o que designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas.

Trabalhar em todas as línguas tem mais de uma significação: o grego tem uma palavra para fabricação e outra para esforço, oposto e ócio; por outro lado também apresenta pena, que é próxima de fadiga. O latim distingue entre labore, a ação do labor, e operare, o verbo que corresponde a opus, obra. Em francês, é possível reconhecer pelo menos a diferença entre travailler e ouvrier ou oeuvrer, sobrando ainda o conteúdo de tâche, tarefa. Assim também lavorare e operare em italiano; e trabajar e obrar em espanhol. No inglês, salta aos olhos a distinção entre laborur e Werk, como no alemão, entre Arbeit e Werk. Work, como Werk, contém a ativa criação da obra, que está também em Schaffer, criar, enquanto em labour e Arbeit, se acentuam os conteúdos de esforço e cansaço. Em português apesar de haver labor e trabalho; é possível achar na mesma palavra trabalho ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além de tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável.

No dicionário da palavra trabalho aparece em primeiro lugar como sendo aplicação de forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; atividade coordenada de caráter físico ou intelectual, necessária a qualquer tarefa,

serviço ou empreendimento; exercício dessa atividade como ocupação permanente, ofício ou profissão.

Trabalho tem outros significados mais particulares: esforço aplicado à produção; de utilidades em obras de arte, mesmo dissertação ou discurso. Pode significar o conjunto das discussões e deliberações de uma sociedade ou assembléia convocada para tratar de interesses público, coletivo ou particular: “Os trabalhos da assembléia do sindicato tiveram como resultado a greve”. Pode significar o serviço de uma repartição burocrática, e ainda os deveres escolares dos alunos a serem verificados pelos professores. Como pode indicar o processo do nascimento da criança: “a mulher entrou em trabalho de parto”.

Trabalho também significa dificuldade e incômodo: “aqui vieram passar trabalho”; “a última enchente deu muito trabalho”. Pois junto a todas as suas significações ativas, trabalho em português, e no plural, quer dizer preocupações, desgostos e aflições. É o conteúdo que predomina em labor mais ainda está presente em trabalho. Na nossa língua portuguesa trabalho se origina do latim, *tripalium*, embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*.

O homem trabalha quando põe em atividade suas forças espirituais e corporais, tendo em mira um fim sério que deve ser realizado ou alcançado. O trabalho de ordem intelectual corresponde àquela definição tanto quanto ao trabalho corporal, embora seja este que leve a um resultado exteriormente perceptível, um produto concreto ou uma mudança de estado ou situação.

Todo trabalho supõe tendência par um fim e esforço. Para alguns trabalhos, este esforço será preponderadamente físico; para outros, prepondermente intelectual. A maioria dos esforços intelectuais se faz acompanhar de esforços corporais: uso minhas mãos e os músculos do braço enquanto datilografo estas páginas, que vou pensando. E o pedreiro era sua inteligência quando empilha com equilíbrio os tijolos sobre o cimento ainda não solidificado. O trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e direção de seu esforço. Trabalho nesse sentido possui o significado ativo de um esforço afirmado-se desejado, para a realização de objetivos; onde até mesmo o objetivo realizada, a obra, passa a ser chamado trabalho. Trabalho é o esforço e também o seu resultado: a construção enquanto processo e ação, e o difícil pronto.

No trabalho humano há consciência e intencionalidade, há liberdade: Natureza e invenção se entrelaçam no trabalho humano, sem níveis diversos, da ação mais mecânica e natural à mais controlada e consciente. Natureza e cultura se encontra no labor do parto; no cultivo do campo; na modelagem da argila; da invenção da eletricidade; como na produção de vitaminas em comprimido, na montagem de cérebros eletrônicos e no envio de astronautas à Lua.

Em todos os seguimentos, os estudiosos supõem que a história da palavra trabalho se refere à passagem pré-histórica da cultura da caça e da perca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio e hoje da cultura agrária para a industrial. Nesses momentos surgem as distinções clássicas descritas em palavras diversas: ocupar-se, produzir, fazer, agir, praticar. Formamos uma idéia mais clara se passarmos pela história da experiência, que lhe corresponde.

O que o trabalho tem sido? Na selva amazônica, uma tribo de índios ainda sem contato com a cultura dos brancos ocidentais, são ligados por laços à sangue e sentimentos, motivados por lendas, mitos, crenças e conhecimentos comuns, e que provém à sua subsistência por um esforço coletivo que obedece a determinada ordem.

Sobreviver colhendo os frutos das árvores; pescando os peixes dos rios, caçam animais na floresta. Pescam e caçam o que der e vier, segundo sua tradição. O trabalho nesse primeiro estágio da economia isolada e extrativa é um esforço apenas complementar ao trabalho da natureza: o homem colhe o fruto produzido pela árvore da mata virgem; extrai do rio o peixe que sobreviveu ao assalto das piranhas; mata para comer o animal que se reproduziu e cresceu dentro de seu grupo sem nenhum auxílio além de seus instintos. Não só o trabalho em si mesmo apresenta esta forma primitiva de complementaridade quase secundária antes à ação da natureza. Também a economia que o cerca aparenta uma simplicidade da qual nos esquecemos em nossas redes de produção modernas. Pois na tribo não há excedente – nem, portando o problema da acumulação de riquezas nas mãos de alguns.

Ao que tudo indica, no entanto, nas comunidade isoladas o trabalho serve apenas indiretamente à subsistência. É regido por um sistema de deveres religiosos e familiares. Assim é precária e relativa a afirmação da simplicidade do trabalho tribal. É comum encontra-se em povos primitivos uma divisão de trabalho.

Junto com o trabalho do plantio deve ter surgido ao mesmo tempo a noção de propriedade e o produto excedente, ou seja, o produto não imediatamente consumido. Criam-se as condições para a existência de uma classe social ociosa. Se eu trabalho esta terra com as minhas mãos, minha aplicação e a força à meus músculos, tenho a sensação de que me pertence o grão dela colhido, resultado daquele meu empenho e dispêndio de força. Reivindicarei a posse ou o direito de domínio e determinação sobre o produto deste pedaço de terra que cultivei. Do que planto, como e alimento meus filhos. E se me sobra alguma coisa, levo-a para trocar com o vizinho: minha sobra de milho por sua sobra de trigo ou leite de cabra. Mas se o vizinho domina um território mais vasto, e as suas obras superam as de toda a vizinhança, as nossas trocas se tornam desiguais e geram um novo excedente, de onde nossas relações se instalam na desigualdade.

A noção de propriedade se presta à polêmica e a distinções de natureza ética. De qualquer modo pode-se compreendê-la se a pensamos ligada ao trabalho, surgindo da experiência do esforço do cultivo da terra. A propriedade, tal como se encontra em estágios posteriores da evolução econômica, justamente se destaca, se separa do trabalho, a ponto de estabelecer-se a desapropriação total de quem trabalha pelo suposto direito de propriedade do ocioso.

Um fato relacionado com esta evolução da propriedade e de sua separação do trabalho foi a prática da guerra. O povo conquistado na guerra freqüentemente permaneceu para trabalhar e entregar seus excedentes aos novos senhores. Ou pela guerra foram capturados escravos que vieram constituir a base da força do trabalho, ficando submetidos sob a categoria mais baixa da hierarquia social do povo conquistador. A própria condição humana estaria assim se transformando pelos processos desencadeados pelo trabalho. A tecnologia se expande; se nem sempre para melhor, acumula experiência e possibilidades. Por outro lado, é velho o sonho dos homens com uma terra abençoado onde não seja mais preciso trabalhar. O advento da automação coloca a possibilidade de uma humanidade liberta do fardo do trabalho, e talvez dentro de algumas décadas as fábricas pudessem estar vazias. A ociosidade, que tem sido tomada por privilégio de uma minoria, em futuro próximo poderia estender-se às grandes massas. Esta possibilidade não só coloca uma novidade muito estranha para a meditação e a ocupação de políticos e economistas, que teriam de providenciar o modo de

sustento de multidões semi ou inativas, como também traz uma profunda questão de ordem existencial para os homens modernos em geral. Pois a realização do sonho da humanidade com o direito à preguiça chegaria quando a era moderna acabou de fazer a glorificação teórica do trabalho. O indivíduo moderno encontra dificuldade em dar sentido à sua vida se não for pelo trabalho. Segundo Hannah Arendt.

Cada vez mais temos uma alma operária. A sociedade que está por libertar-nos dos grilhões do trabalho é um sociedade de trabalhadores, que desconhece outras atividades em benefício das quais valeria a pena conquistar aquela liberdade. A possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho não aparece como uma libertação do mundo da necessidade, mas como uma ameaça inquietante. As massas contemporâneas seriam destituídas da única atividade que lhe resta. Talvez o Brasil possa aí dar lições ao mundo: carnaval, futebol, roda a sombra chimarão; praia, rede e pecuária...

Da Propriedade Visão de Jonh Lock

Pela razão natural que nos diz terem os homens nascidos, com direito à própria preservação, à comida e à bebida e a tudo quanto a natureza lhes fornece para a subsistência. Seja que encaremos a revelação que nos dá conta das concessões feitas do mundo por Deus a Adão, e a Nõe e seus filhos. Diz o Rei Davi (Sl. 113, 24) “deu a terra aos filhos dos homens”, concedendo-a em comum a todos os homens”, concedendo-a em comum a todos os homens. Tal se supondo, contudo, a alguns afigura-se muito difícil como é possível chegue alguém a ter a propriedade de qualquer coisa. É difícil formular a propriedade partindo dessa suposição de que Deus deu o mundo a Adão e sua posteridade em comum. Os homens podem ter uma propriedade em várias partes daquilo que Deus deu à Humanidade em comum, sem qualquer pacto expresso entre os membros da comunidade. Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também razão para que o utilizassem para maior proveito da vida e da conveniência. Concedeu-lhe a terra e tudo quanto ela contém para conforto e sustento da existência, tudo produzido pelas mão espontânea da natureza: frutos, animais,

destinados ao uso dos homens, devendo haver meios necessários de aproveitá-los, antes de serem utilizados e se tornarem benéficos a qualquer indivíduo em particular. O fruto e a caça que alimenta o índio selvagem, que ainda não conhece divisas, é possuidor em comum, deve ser dele, para ele, é parte dele e outros não pode alegar qualquer direito daqueles alimentos, antes que lhe tragam qualquer benefício para sustentar-lhe a vida. Embora a terra e todas criaturas inferiores seja comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe ofereceu e no qual o deixou, fica-lhes misturado ao próprio trabalho, juntando-lhe algo que lhe pertence, e, por isso meso, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Sendo esse trabalho propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou.

Aquele que se alimenta das bolotas colhidas debaixo de um carvalho ou das maçãs apanhadas nas árvores das floresta, com toda certeza delas se apropriou. Ninguém poderá negar que lhe pertença como alimento. Quando começaram a pertencer-lhe? Quando as digeriu? Quando as comeu? Quando as cozinhou? Quando as trouxe para casa? Quando as colheu? Esse trabalho da colheita estabeleceu uma distinção entre o comum e elas; juntou-lhes algo mais do que fez a mãe natureza, comum de todos; tornando-as assim direito privado dele. É a tomada de qualquer parte do que é comum, com a remoção para fora do estado em que a natureza o deixou que dá início à propriedade. E a tomada dessa ou daquela parte não depende do consentimento expresso de todos os membros da comunidade. Assim a grama que meu cavalo comeu, a turfa que o criado cortou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a ele tenho direito em comum com os outros, tornam-se minha propriedade sem a adjudicação ou o consentimento de qualquer outra pessoa. O trabalho que era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixou a minha propriedade sobre eles. Embora a água que corre na fonte seja de todos, ninguém pode duvidar que a que foi colocada no filtro pertence somente a quem a recolheu. Pelo seu trabalho tirou-as das mãos da

natureza onde era comum e pertencia igualmente a todos e, de tal forma, dela se apropriou para si mesmo.

Essa lei da razão torna o veado propriedade do índio que o matou e entre os que se consideram como a parte civilizada da Humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivas para a determinação da propriedade, vigorando a lei original da natureza, para o início da propriedade do que antes era comum. O peixe que alguém apanha no oceano com seu trabalho, torna-se sua propriedade, pelo esforço de retirá-lo do estado comum que a natureza o deixou. Se entre nós, formos caçar lebre, cada um julgaremos de propriedade daquele que a persegue durante a caçada; visto como, sendo animal que ainda se considera comum sem ser propriedade de um indivíduo particular, quem quer que empregou tanto trabalho para descobrir e perseguir um animal destes retirou-o, por essa maneira, do estado de natureza em que era comum, e iniciou uma propriedade. Então podemos perseguir, caçar e matar quantos queiramos... Não é certo. A mesma lei da natureza que nos dá por esse meio a propriedade também limita igualmente. "Deus nos deu de tudo abundantemente"(I tim 6,17) é a voz da razão confirmada pela inspiração.

Para usufruir nos foi dado, tanto quanto qualquer um pode usar com qualquer vantagem para a vida antes que estrague, em tanto pode fixar uma propriedade pelo próprio trabalho; o excedente ultrapassa a parte que lhe cabe a terceiros. Nada foi feito para o homem estragar e destruir. Se considerássemos a abundância das provisões naturais existentes durante muito tempo no mundo e se as conservássemos dentro dos limites estabelecidos pela razão do que nos fosse útil, não haveria controvérsias ou lutas relativamente à propriedade assim estabelecida. A matéria principal da propriedade é a terra. A extensão de terra que um homem lavra, planta, melhora, cultiva, cujo produtos usa, constitui a sua propriedade. Pelo trabalho, por assim dizer, separa-a do comum. Deus, ao dar o mundo em comum a todos os homens, ordenou-lhes também que trabalhassem; e a penúria da condição humana assim o exigia. Deus e a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, melhorá-la para benefício da vida e nela dispor algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. Aquele que, em obediência a esta ordem de Deus, dominou, lavrou e semeou parte da terra, anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia, a que nenhum outro tinha direito, nem podia, sem causar dano, tirar dele. Esta apropriação de qualquer parcela de terra mediante melhoramento, não causava

dano a outra pessoa, desde que havia bastante e de boa qualidade e os que não possuía podia usar. Pois quem deixa tanto quanto outro pode utilizar provede tão tem como se nada tomasse. Terra, havendo em abundância, qualquer um e todos podem usufruir com seu trabalho.

Deus deu o mundo em comum aos homens, não que devesse ficar sempre em comum e inculto. Deu-o para uso do diligente e racional – e o trabalho tinha de servir-lhes ao direito de posse, - não à fantasia e ambição dos brigões e alteradores. Deu para ser trabalhado e apropriado por sua capacidade de aproveitar por suas habilidades. Conforme as leis do país existem terra em comum por pacto como na Inglaterra, ou outros países, ninguém pode fechar qualquer parte do terreno ou dele apropriar-se sem os consentimentos de todos os membros da comunidade, não podem ser violados, porque constitui propriedade conjunta do país ou de determina da paróquia. Diferente do começo do grande comum do mundo. A lei sob a qual o homem estava era favorável à apropriação. Deus ordenava, e as necessidades obrigavam ao trabalho. Pertencia-lhes que não fosse possível arrebatá-lo, ou cultivar a terra e ter domínios estão intimamente conjugados. Um deu direito a outro. Assim Deus, mandando dominar, concedeu autoridade para a apropriação: e a condição da vida humana, que exige trabalho e material com que trabalhar, necessariamente introduziu a propriedade privada.

A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do trabalho do homem e conveniência da vida. Nenhum trabalho do homem podia tudo dominar ou de tudo apropriar-se, nem a fruição consumir mais do que uma pequena parte. Essa medida limitava a posse de todos possível tomar conta sem causar prejuízo de quem quer que seja, embora o mundo pareça cheio.

A mesma regra de propriedade, de que todos homem deve ter tanto quanto possa utilizar – valeria ainda no mundo sem prejudicar a ninguém, desde que existe terra bastante para o dobro dos habitantes, se a invenção do dinheiro e o tácito acordo dos homens, atribuindo um valor à terra, não tivessem introduzido – por consentimento – maiores posses e o direito a elas.

Antes que o desejo de ter mais do que precisava tivesse alterado o valor intrínseco de tudo quanto somente depende da própria utilidade para a vida do homem, embora tivesse o direito de apropriar, pelo trabalho, cada um para si, de tudo quanto a natureza pudesse fazer uso, não poderia isso ser demasiado, nem em

prejuízo de terceiros, se a mesma abundância ainda se apresentasse aos que fizessem uso da mesma diligência, podemos afirmar que aquele que toma posse da terra pelo trabalho não diminui mas aumenta as reservas comuns da Humanidade. Supõe o mundo dado em comum, aos filhos dos homens em comum, vemos como trabalho pode dar aos homens direitos distintos a várias parcelas dele para uso privado, nos quais não haveria qualquer dúvida de direito nem lugar para controvérsia. É o trabalho que na realidade provoca de diferença de valor em tudo que existe. De tudo isso, é evidente que, embora a natureza tudo nos ofereça em comum, o homem, sendo senhor de si próprio e proprietário de sua pessoa e das ações ou do trabalho que executa, teria ainda em si mesmo a base da propriedade; e o que forma a maior parte do que aplica ao sustento ou conforto do próprio ser, quando as invenções e as artes aperfeiçoaram as conveniências da vida, era perfeitamente dele, não pertencendo em comum a outros. Assim o trabalho no começo, proporcionou o direito à propriedade sempre que qualquer pessoa achou conveniente empregá-lo sobre o que era comum.

O que o trabalho está sendo

O trabalho hoje é uma esforço planejado e coletivo, no contexto do mundo industrial, na era da automação. Se nos países de Terceiro Mundo sobram regiões onde esses fatos parecem ainda realidades distantes, isto se deve antes à dificuldade que as pessoas têm para ver os fenômenos por seus sinais precursores, ou entender as possibilidades que se escondem por vezes sob a máscara de aparências não transparentes. O capitalismo monopolista da segunda metade do século vinte invadiu as regiões aparentemente marginais do Terceiro Mundo. O colonialismo cedeu lugar a um imperialismo econômico indisfarçável. Vivemos a época das organizações multinacionais. Cada vez mais grandes massas de contemporâneos possam a depender de organizações e grandes empresas para o seu trabalho. Cada vez mais deixa-nos o trabalho autônomo por um emprego na organização, ou mesmo pelo desemprego antes a organização. A corrida para as cidades se explica em parte pela natureza do trabalho industrial. Produzir em série e com o auxílio de máquinas significa produzir em centros onde estas máquinas sejam

concentradas. O sistema industrial de produção exige aglutinação dos trabalhadores. O homem de campo dirige à cidade em busca de emprego nessa produção moderna, que lhe promete serviço menos arriscado e dependente da natureza do que o labor no campo, e com possibilidades de usufruir do bem estar – que as cidades se vangloriam de possuir, embora não o ofereçam a todos. O crescimento das cidades também se deve à migração, por falta de boa distribuição à terra, ou migração movida pela esperança que representa a integração no mercado de trabalho moderno e no modo de vida urbano. Na América Latina a problemática do trabalho e da sobrevivência se apresenta com características complexas e dramáticas devido a concentração das grandes massas humanas ao redor das cidades. É nesse momento da história do trabalho que nos encontramos. Se há pouco no chamado Terceiro Mundo não havia muitas indústrias, queimaram-se etapas, e hoje ele entra em plena era da computação da informática. O que a modernização, a indústria e a cidade ainda não trouxeram para os nossos países da América Latina foi a extinção da miséria, a saúde do povo, a felicidade das crianças, a justiça social – coisas que materialmente ele possibilita.

Se nos habituarmos com a produção em série de nosso vestuário, de utensílios e móveis domésticos, hoje temos cada vez mais em série a educação e a saúde. Não mais só o trabalho se coletiviza: o lazer se torna um setor de produção industrial. A separação entre lugar de trabalho e lugar de moradia, nos salta aos olhos num contexto novo, cujas conseqüências antropológicas, psicológicas e sociais ainda são estudo do pesquisadores. Os metrô ultra-rápidos que levam os trabalhadores da periferia urbana até a fábrica confinada no circuito industrial, podem diminuir o tempo gasto para vencer grandes distâncias, mas não tornam o lugar de trabalho mais próximo da casa, da família, do lugar onde fica ou ficariam as crianças. Esse fato toca especialmente as mulheres trabalhadoras encarregadas da alimentação dos filhos.

É ilusório imaginar que o trabalho das mulheres é uma novidade histórica, elas sempre trabalharam e não só em serviços leves. A grande questão sobre o trabalho das mulheres se põe na era industrial. Não só porque o desenvolvimento da máquina torna irrelevante a diferença da força muscular entre o braço masculino e o feminino, e o sistema busca a mão de obra menos reivindicativa e mais tímida e submissa para manter mais alta as margem de lucro, mas também

porque o engajamento na indústria afasta as mulheres da casa e da família. A separação entre os lugares de trabalho e de moradia, contudo, não é a única separação que caracteriza o trabalho atual. Partes do processo de produção são separados em seções especializadas do objeto, de um projeto. Cada trabalhador ou funcionário atenderá apenas um minúsculo ponto do processo. Na indústria a especialização chega a um ponto absurdo, em que ninguém percebe mais o alcance do seu trabalho porque não vê o conjunto da atividade em que o seu esforço se insere. O trabalho é alienado do trabalhador porque o produtor não detém, não possui e nem domina os meios de produção. À máquina a minha frente não foi eu que escolhi, e amanhã ou depois, se o diretor da firma fizer uma viagem ao Japão e resolver importar uma máquina nova inteiramente diferente desta, pode ocorrer que eu perca o meu emprego e o meu saber de produtor. Terei de passar por uma reciclagem violenta ou deixo de ter minha profissão, pois ela se liga ao meu conhecimento dessa máquina à minha frente, que não é de minha propriedade, e cujo destino não determino, embora domine parte de seu uso. Há um corte entre produtor e consumidor, não sei para quem se dirige o fruto de meu esforço e habilidade, produzo, para um mercado anônimo.

A alienação objetiva do homem do produto e do processo de seu trabalho é uma conseqüência da organização legal do capitalismo moderno e desta divisão social do trabalho. É uma auto-alienação: o trabalhador vende seu tempo, sua energia, sua capacidade a outrem. No caso dos colarinhos brancos, os trabalhadores dos escritórios ou escolas, vende-se as personalidades, os sorrisos, a pontualidade, o senso de oportunidade, a aparência de confiabilidade. A empresa impessoal aliena o pessoal no indivíduo. As coisas se passam assim, segundo Marx:

O homem se aliena, ou seja, vende sua força de trabalho a outrem, a quem ele outorga e a quem passa a pertencer o seu trabalho e o produto deste – ambos igualmente alienados –, assim, esta relação alienada do homem com seu trabalho e produto gera uma relação correspondente do capitalista com o trabalho, que é a propriedade privada. Esta deriva, é resultado da alienação trabalho. Desta relação mútua do trabalho alienado com a propriedade privada, Marx deduz que a emancipação da sociedade privada e da servidão – assume a forma política da emancipação dos trabalhadores. Pois toda servidão humana está encerrada na relação do trabalhador com a produção. O trabalhador é livre para organizar seu

trabalho, quanto ao plano, começo, forma, técnica e tempo. Ao trabalhador, o artesão pode aprender a desenvolver seus conhecimentos e habilidades, o seu trabalho é um meio é um meio de desenvolver habilidades. Não há separação entre trabalho e divertimento, trabalho e cultura. Mesmo que divertimento seja deferido como atividade de gratuita, feita pela satisfação, válida em si mesma, e o trabalho vise a criação de um valor econômico, uma utilidade e a remuneração. No modo de subsistência do artesão, impregna toda seu modo de viver. Seus amigos são seus colegas. Suas conversas são sobre sua profissão. Não há necessidade de lazer como evasão.

O trabalho hoje é uma espécie de negativo daquele artesanal, ou o seu oposto. No mundo industrial falta o vínculo entre o trabalho e o resto da vida. Para agir livremente deixa-se o tempo que sobra do trabalho. Assim se separa totalmente trabalho de lazer, de prazer, de cultura, de renovação de forças anímicas, que deverão ser buscadas no tempo que sobrar do trabalho.

A separação de trabalho e prazer parece coerente com o desenvolvimento de um tipo de lazer passivo, do tipo da entrega do telespectador que não analisa, não critica, não discute sobre as novelas da TV. Como o outro lado da moeda, nos modos de vida mais americanizados, inventou-se o hobby – aquela atividade que se faz porque se gosta, nas horas vagas daquele trabalho sem satisfação e extenuante. Esta é uma espécie de compensação que o sistema permite, de modo que não se queira transformar o mundo do trabalho que eficientemente continua a dar lucros a seus donos. Chegamos assim a uma das características mais decisivas do trabalho no mundo em que vivemos: submissão ao capital, aos interesses dos capitalistas e dos proprietários. Este é um ponto chave das determinações do trabalho nesse sistema. A força de trabalho é dada como uma mercadoria. Do esforço do operário é extraído um valor que deixa uma sobra aos interesses do capital, pois o salário do operário fica muito aquém do valor que ele cria para o mercado. Com base nessa sobra de valor alienada do produtor se criam novos setores de atividade não propriamente produtiva, e se produz o capital. Em muitas situações e momentos da sociedade contemporânea o trabalho e sua ideologia se tornam instrumentos de submissão política. O mundo é domesticado pela submissão do trabalho. Reduz-se à esfera pública, o âmbito da discussão dos problemas comuns. As pessoas só percebem como alegres robôs que não tem

efetivo poder de decisão sobre o mundo em que trabalham. Todas as atividades são feitas como labores pela sobrevivência. Tem-se como utopia, no sentido de impossível, que o trabalho seja expressão, ou que se possa ter um trabalho criativo e que dê prazer. Abandona-se a pretensão do artífice, do artista, o labor invade o mundo do trabalho, que os meios de comunicação de massas mantêm, enquanto manipulam o desejo e criam necessidades de consumo, dando aparência de necessidade a um trabalho que em si não seja mais necessário. Assim, apesar do aumento quantitativo do tempo livre na era da automação, muitas vezes desaparecem os lugares de participação política, que precisam ser reinventados.

O que se tem pensado sobre o trabalho

Os povos mais diversos cercam o labor na agricultura de uma rica mitologia. E os mitos sobre o esforço dos homens em busca de seu sustento moldaram os preconceitos das diversas culturas: origens na Grécia, em Roma, e também na tradição Judaico Cristã.

Os gregos distinguiam entre o esforço do trabalho na terra, a fabricação do artesão que serve ao usuário, e a atividade livre do cidadão que discute os problemas da comunidade. O esforço físico e a vida ao ar livre, goza na antigüidade grega de prestígio e imagem semelhantes aos da atividade do guerreiro. Estabelecendo ele com a divindade, sem técnica, sem procedimentos eficazes e sucesso. Não é uma ação sobre a natureza para transformá-la ou adaptá-la a fins humanos. Entre os artesãos da antigüidade, a divisão do trabalho existia com vistas à qualidade do produto e por causa da diversidade das capacidades e dons, e não com vistas a maior produtividade, como hoje.

Na obra da mão humana o pensamento antigo considera menos o processo de fabricação do que o uso que dela é feito. Os preconceitos gregos encontram expressão em uma teoria geral da atividade criadora como que aparece em Aristóteles, um de seus maiores filósofos. Em toda produção criadora, o artesão é causa motriz. Opera sobre um material – causa material – para lhe dar uma forma

– causa formal – que é da obra acabada. Sua causa final. Para o pensamento antigo é a finalidade que dá sentido e comanda o conjunto da atividade produtiva. Para essa forma de pensar, o homem só age livremente quando sua ação não gera nada além dela mesma, quando utiliza as coisas e não quando as fabrica. O ideal do homem livre, do homem ativo, aparece na Grécia como sendo antes o do usuário que o do produtor.

O Problema da ação é o do bom uso das coisas, e não o de sua transformação pelo trabalho. Labor é aquele trabalho do corpo do homem pela sobrevivência. O modelo é do camponês sobre o arado, no trabalho da terra. Ou o da mulher no parto. Há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às estações, à intempérie. Às forças incontrolláveis biológicas, os hormônios, a musculatura autônoma.

O trabalho propriamente dito, aquele que traduz a palavra grega *poiesis*, o fazer, a fabricação, criação de um produto pela arte, é a obra da mão humana que maneja instrumentos que a imitam. Este fazer humano tem a qualidade da permanência; deve poder superar no tempo o próprio trabalho.

A ação – a *praxis* – é aquele domínio da vida ativa onde o instrumento usado pelo homem é o discurso, a sua própria palavra. É o âmbito da vida política, onde se discutem os interesses, as paixões, as questões muito concretas que se referem ao convívio harmonioso entre concidadãos. A ética se forma na *praxis*. Para os gregos, esta distinção entre os diversos níveis de trabalho humano se dava nem contexto social e cultural em que doméstico e público se separavam radicalmente. Mas nesse mundo de 2001, quando as pessoas costumam trabalhar em organizações que funcionem como máquinas, parece reduzido ao mínimo o âmbito de *praxis*, da palavra, do debate do bem comum.

Hannah Arendt julga ver no mundo contemporâneo a redução de todo trabalho ao nível do labor, de esforço rotineiro e cansativo com o único objetivo de sobrevivência. Estaria ocorrendo uma laborização no mundo, bem mais do que a elevação do trabalho produtivo ao plano da *paxis* pela politização da vida operária, segundo o projeto socialista.

A idéia de que o homem se faz a si mesmo e se eleva como ser humano justamente através de sua atividade prática, com seu trabalho,

transformando o mundo material, é uma idéia moderna, alheia ao pensamento antigo. Para este, os homens livres só podem viver no ócio, como filósofos ou políticos, entregues à contemplação ou à ação política. O trabalho intelectual considerado como o propriamente humano quando gratuito e liberto do contato com a matéria - se concentra na classe dos homens livres, enquanto o trabalho físico, considerado seveil e humilhante, vai repousar sobre os outros dos escravos e das mulheres. A primazia atribuída ao primeiro, e o desprezo deste, levam a afirmar a posição social dos ociosos, ou mesmo dos intelectuais – quando não produz por remuneração algo material – e a rebaixar a dos trabalhadores manuais ou braçais.

Na tradição judaica o trabalho também é encarado como uma labuta penosa, à qual o homem está condenado ao pecado. A Bíblia o apresenta como castigo, um meio de expiação do pecado original. Por haverem perdido a inocência original do paraíso, Adão é condenado a ganhar o seu pão com o suor de seu rosto. Assim como Eva é condenada às fores do parto.

Nos primeiros tempos do cristianismo o trabalho era visto como punição para o pecado, que também servia aos fins últimos da cavidade, para a saúde do corpo e da alma, e para afastar os maus pensamentos provocados pela preguiça e ociosidade. Mas como o trabalho era deste muito mortal e imperfeito, não era digno por si mesmo.

Para os cristãos do tempo de Agostinho, e isso continua sendo assim para muitas comunidades cristãs ainda hoje, o trabalho é realizado nos mosteiros apenas na medida suficiente para satisfazer as reais necessidades da comunidade. Assim como as filósofos gregos, também os padres da Igreja colocavam a meditação pura, a contemplação, acima do trabalho intelectual de ler e copiar.

Para o catolicismo em geral, se o trabalho pode ser digno ou dignificante, o é em função de sua ordenação ao louvor ao Criador, e nesse sentido, é certamente inferior à contemplação direta e à oração. Ainda se poderia imaginar um santo preguiçoso, mas não avesso à oração.

Para Lutero o trabalho, aparece como a base e a chave da vida. Embora continuando a afirmar que o trabalho era uma consequência da queda do homem, Lutero, repetindo São Paulo, acrescentado que todo aquele capacitado para trabalhar tinha o dever de fazê-lo. O ócio era uma evasão artinatural e

perniciosa. Manter-se pelo trabalho é um modo de servir a Deus. A profissão torna-se uma vocação. o trabalho é visto como virtude e como obrigação e compulsão. No cristianismo de Calvino, o trabalho como virtude se associa estranhamente à idéia de predestinação. Se pela preferência Divina, alguns estão predestinados a ter êxitos, e outros, a ficar na miséria, contudo é vontade de Deus que todos trabalhem, e é pelo trabalho árduo que alguém pode chegar ao êxito, e assim a realizar a vontade de Deus, que o inclui entre os eleitos. Se é vontade de Deus, que todos trabalhem, é contrária a ela que os homens cobicem os frutos de seu trabalho: eles devem ser reinvestidos para permitir e incentivar mais trabalho.

Max Weber, sociólogo alemão clássico, utiliza o método da compreensão dos fenômenos sociais. Por sua análise da burocracia que se desenvolve em nosso século, associa a ética protestante ao que ele chama de espírito do capitalismo. A psicologia do homem religioso e econômico, nos tempos da austeridade, quando, para se afirmar, a classe burguesa necessita da religião e do trabalho.

Para o protestantismo, a maneira de viver aceitável, não está na superação da moralidade mundana, é a do cumprimento das tarefas do século, impostas ao indivíduo por sua posição no mundo. A vocação para o trabalho secular aparece como expressão de amor ao próximo. Para alcançar a autoconfiança típica dos eleitos é recomendada a intensa atividade profissional, a se identifica a verdadeira fé. As boas ações são os meios técnicos. Entre os puritanos, a ética se torna mais rígida e exigente com relação ao trabalho – também condena a procura de bens materiais e dinheiro. Mas a riqueza só é eticamente condenável na medida em que se constitui numa tentação para a vadiagem e para o relaxamento. A abjeção moral não se refere à riqueza em si, mas ao seu gozo, com a sua consequência de ócio e de sensualidade. A perda de tempo é o primeiro e o principal de todos os pecados. Toda hora perdida no trabalho redundando em perda de trabalho para a glorificação de Deus. Pois o trabalho constitui a própria finalidade da vida. A expressão de São Paulo: “- Quem não trabalha não deve comer”- é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça. Para o cristão há o dever de trabalhar.

O Cristianismo vê a divisão do trabalho e a diferenciação dos homens em camadas e profissões através do desenvolvimento histórico; O caráter

providencial da divisão do trabalho se conhece por seus resultados. Isso se assemelha com a apologia de Adam Smith. O trabalho de cada um, cada indivíduo no seu setor e em sua posição leva a uma soma de trabalho coletivo que gera a riqueza das nações. A permanência de cada um na posição de dentro dos limites profissionais que lhe foram dados se torna um dever religioso.

Tal ideologia do trabalho diz que a especialização das ocupações, enquanto possibilita o desenvolvimento das habilidades do trabalhador, leva a progressos qualitativos e quantitativos na produção; e assim, serve ao bem comum.

Weber, nessa avaliação religiosa do labor do mundo como instrumento de purificação e meio de salvação – é que reside a mais poderosa alavanca do que ele chama de espírito do capitalismo, como economia capitalista. A restrição do consumo combinada com a ética puritana com a liberação da busca da riqueza. O poder de convicção religiosa põe à disposição da classe burguesa trabalhadores sábios e aplicados, que se dedicam ao trabalho com a consciência de estar agradando a Deus. E a burguesia tem a tranquilizadora consciência de que a distribuição desigual da riqueza deste mundo é obra da divina providência. Dizer que agrada a Deus ser constante e submisso a uma profissão e a um papel social apreender justificativa ética para a moderna divisão social do trabalho do capitalismo; assim como dizer que a providência deveria provê as chances de lucro e enriquecimento parece dar uma justificativa ética para os homens de negócio.

Na Renascença, aparece entretanto outra visão de trabalho, que talvez tenha influenciado as sínteses do protestantismo, ambas se ligam à afirmação da burguesia, à noção de liberdade e à idéia do indivíduo. Na visão do trabalho renascentista somam-se heranças cristãs às grego-romanas, e suas conseqüências ainda não terminam de acontecer nas concepções do trabalho do nosso tempo. Naquela exuberante época de mudanças, o trabalho foi concebido por alguns como um estímulo para o desenvolvimento do homem, e não como um obstáculo. O trabalho seria expressão do homem e expressão de personalidade, do indivíduo. O homem se torna um criador por sua própria atividade; pode realizar qualquer coisa. O trabalho é a melhor maneira de preencher sua vida. Parte-se então de uma técnica artesanal manual e mental do processo de trabalho, a que já aludimos, tem significado intrínseco. As razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas conseqüências. A satisfação do trabalho não decorre

da renda, nem da salvação; sequer do “status” ou do “poder” sobre outras pessoas, mas do processo técnico inerente.

No Renascimento, a consciência filosófica da atividade produtiva sobre uma mudança radical: o homem deixa de ser um animal teórico para ser também sujeito ativo, construtor e criador do mundo. As nascentes relações capitalistas e o desenvolvimento da ciência e da técnica acarretam uma nova atitude com relação às atividades humanas vinculadas à transformação da natureza, as quais já não recaem – como na Antigüidade – sobre escravos, mas sobre homens livres. Valoriza-se a ação do homem, e dentro dela, não apenas aquilo que já era anteriormente considerado nobre, como a arte ou a guerra, mas também aquelas ações que, por se exercerem sobre coisas materiais, eram consideradas inferiores. Se a contemplação contínua mantendo na Renascença um lugar superior ao da atividade prática, particularmente a manual, já não se repele o trabalho como uma ocupação servil, às vezes ele é prestigiado. Já não se pensa que o homem se avilta pelo simples contato com a matéria. Longe de escravizá-lo, o trabalho prático é condição necessária de sua liberdade. O desenvolvimento da idéia do valor da transformação da natureza, da produção, guiada pela teoria e pela ciência, se prolonga pelos séculos XVI e XVII. O século XVIII marca, nesse processo, uma reviravolta decisiva. Os enciclopedistas – Filósofos franceses, ideólogos do humanismo burguês, também chamados de iluministas – louvam a técnica, as artes mecânicas; a indústria do homem; exaltam o domínio do homem sobre a natureza, graças ao trabalho e a técnica. O homem se afirma por dois caminhos: teórico e prático – que se uniram na técnica.

Em diversos tons, os pensadores iluministas e enciclopedistas do século XVIII afirmam a positividade da cultura, da ciência, da técnica e do trabalho humano. Apenas Jacques Rousseau contradiz: “Depois de séculos de progresso humano no terreno da cultura de técnica, não vejo bons resultados.” “A transformação da natureza, só serviu para transformar o homem”. Pensava ele, que a atividade social transformadora da realidade natural e humana - no trabalho e na técnica, na arte e na política – nada mais haver feito do que degradar e aviltar o homem. Seu pensamento contrasta com os dos pensadores de seu tempo, se choca com a concepção dos economistas ingleses, antecipa idéias que aparecerão com Marx Weber.

Adam Smilh e David Ricardo, se caracterizam pela exaltação da atividade material produtiva que reconhece o mérito do trabalho humano como fonte de toda riqueza social e de todo valor apenas exterior e não por entrosamento com o homem. Dissociaram o operário do homem concreto de que ele é. Fizeram uma imagem de homem apenas como homo oeconomicus, que é incompleto.

Contudo, a descoberta do trabalho humano como fonte de todo valor e riqueza põe nas mãos da filosofia um valioso instrumento para repensar a praxis humana.

Praxis no sentido marxista corresponde a atividade produtiva, fabricação no sentido tradicional.

Hegel expressa uma concepção nova de trabalho humano: é uma revelação peculiar entre os homens e os objetos, que se unem o objetivo e o subjetivo, o particular e o geral; através do instrumento, a ferramenta. Esta é subjetiva na medida em que o trabalhador a utiliza e a preparou. E é objetiva por estar objetivamente orientada em relação ao objeto do trabalho. Instrumentos e ferramentas são manifestações da racionalidade do homem, expressam a sua vontade, e fazem de mediadores entre o homem e a natureza. Então o trabalho é satisfação mediata do desejo e da carência, aquela necessidade natural que o desejo manifesta. E, assim, o trabalho é processo de transformação. A diferença do anima, que para satisfazer suas carências devora, destrói o objeto, - a natureza -, o homem o trabalho, o transforma, antes de consumi-lo. Esta argumentação parece clara, mesma se nossa consciência atual dos problemas ecológicos causados pela ação transformadora do homem nos leva a criticar o idealismo humanista de Hegel quanto a ela. A relação entre os homens e os objetos através do trabalho, do uso dos instrumentos, cria a relação dos homens com os homens mesmos. Em sua obra *A Fenomenologia do Espírito*, Hegel enriquece e aprofunda o conceito de trabalho, acentuando principalmente seu aspecto positivo e seu papel na formação do homem. a fenomenologia é uma história da consciência humana e suas relações com o mundo e os objetos reais que Hegel vê como história do espírito de que o homem é portador.

A essência humana não pode manifestar no indivíduo isolado. O indivíduo só é propriamente indivíduo, e indivíduo humano, quando em comunidade.

E quando faz uso do instrumento, o trabalho que desenvolve e o que produz, em comunidade, lhe geram um reconhecimento de outrem como indivíduo humano.

O trabalho é servidão, dependência em relação ao senhor. Mas essa dependência acarreta – como atividade prática, real – a transformação da natureza e a criação de um produto e no processo do trabalho, adquire consciência de sua liberdade. No pensamento de Hegel é graças ao trabalho que o homem se produz a si mesmo; o trabalho é atividade prática material produtiva. É um processo através do qual o sujeito vai se elevando até atingir sua plena autoconsciência. O trabalho é trabalho espiritual, quando através do qual o homem é portador dessa espírito que se reconhece nas próprias coisas. Então fica evidente o aspecto positivo do trabalho, porque, ao formar coisa, forma forja o próprio homem. no ócio, à margem do trabalho, não existe homem propriamente dito. Mas Hegel ignora a alienação do trabalhador na economia moderna.

No século XIX, já começam a surgir reações contra o significado utilitarista atribuído ao trabalho pelos economistas clássicos. Alguns pensadores imaginativos voltam-se para o passado, buscando reencontrar um sentido perdido da atividade humana. Trabalho e prazer não precisam estar separados como as duas faces inconciliáveis de uma moeda. No novo mundo de Fourier os homens seguirão o princípio natural universal das atrações também na atividade produtiva, e se dedicarão ao trabalho atraente, em séries atraentes de produção, organização concebida como muito oposta às formas de produção industrial, considerada repulsiva. Fourier, como outros antes dele, torna o trabalho no campo quase o único trabalho necessário e passível de tornar-se atraente: saudável, realizável ao ar livre, com muito espaço, e variável conforme as estações e conforme o fruto colhido, o que tem valor inestimável numa concepção das paixões humanas e que dá lugar privilegiado à paixão da variedade, da alternância. Depois de Fourier, é em Marx, herdeiro seu como de Hegel e Adam Smith, onde se encontra a análise detalhada do significado concreto do trabalho para o desenvolvimento do homem e de suas distorções na sociedade capitalista. Para Marx a essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que ele faz. E a natureza dos indivíduos depende, portando, das condições materiais eu determinam sua atividade produtiva. Ao tentar descrever o trabalho no capitalismo, já forma aludidas as alienações a que o trabalho está submetido nesta sociedade, segundo a opinião de Marx. este

pensador, contudo, não apenas fez uma análise exaltiva das relações de trabalho concretas na sociedade capitalista do século XIX, cujos ecos repercutem em toda análise exaustiva das relações de trabalho concretas na sociedade capitalista do século XIX, cujos ecos repercutem em toda análise sociológica até hoje; Marx também deixa aparecer em muitos textos uma teoria antropológica do trabalho. O trabalho seria para Hegel, o fator que faz a mediação entre o homem e a natureza. É a expressão de vida humana, e através dela se altera a relação do homem com a natureza. “É o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza”. E assim, através do trabalho, o homem se transforma a si mesmo. No processo do trabalho participarem igualmente o homem e a natureza, e nele o homem inicia, controla e regula as relações materiais entre si próprio e a natureza.

O homem se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, o homem ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Para Marx o trabalho é pressuposto em uma forma que caracteriza como exclusivamente humana. O trabalho do homem tem uma qualidade específica, distinta de um mero labor animal. Se uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colmeias, contudo, essa sua agitação ainda não é trabalho do mesmo modo que o trabalho humano. “O que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade”. Na outra ponta do processo de trabalho chegamos ao resultado já existente no início na imaginação do trabalhador. O homem é um ser que antecipa, que faz projetos, que se representa mentalmente os produtos de que precisa.

Antes da própria atividade, pela imaginação, o homem já contém em si o produto acabado. No entanto, isso que torna o trabalho do homem propriamente humano, o projeto e a visão antecipada do produto, não está sendo possível na produção industrial mecanizada e em série. Esta é a maior alienação a que está submetido o trabalho moderno, pois assim ele se desumaniza. Pois é claro: se já não é possível ao trabalhador conter em sua mente a construção antes de construí-la; se ele está sendo agora incapaz de antever o seu produto em sua totalidade, pois

só quem tem a totalidade do produto é a máquina que o trabalhador não domina totalmente, então o trabalho dos homens está reduzido ao mesmo nível do das abelhas, da agitação animal sem projeto, e logo, é desumano. Sem ser dono do projeto do que produz, o homem apenas agita como as formigas no formigueiro.

Num sentido Marx se afasta de Fouvier. Para Marx e o marxismo, o trabalho pertence ao reino da necessidade. O reino da liberdade deverá ser conquistado do outro lado do trabalho, no tempo livre cada vez mais acessível, nas horas de festa, no prêmio do descanso e no prazer de gozar a vida conquistado pelo esforço produtivo. Em *O Direito a Preguiça* (1905), Paul Lafargue, o revolucionário franco – americano, genro de Marx, deixa isto muito claro: trata-se de reivindicar mais tempo livre, o direito de além do trabalho. Não se está mais dentro da utopia de Fourier, que sonha com um trabalho prazeroso, erotizado, integrado também ele nas malhas da atração, preferências, paixões, prega a abstinência aos assalariados, condena-os ao papel de máquina parideira do trabalho, sem trégua nem piedade. Quando em luta com o clero e a nobreza, a burguesia se arvorara em defensora do livre arbítrio e da liberdade de consciência, até o ateísmo.

Ainda hoje nos defrontamos com a ideologia do trabalho e seus adeptos na sociedade burguesa. No século XIX, tratava-se de incentivar os indivíduos ao máximo esforço que devia resultar em máximo riqueza e máximo lucro. Talvez hoje esta seqüência esteja mudada. Não se trata mais do máximo esforço. O nosso tempo se acostumou a usar das facilidades da automação. E deve acomodar sua ética às sofisticções da técnica. Hoje se trata de buscar a máxima eficiência com o menor esforço. Mas conserva-se a finalidade da expansão da riqueza e do máximo lucro no capitalismo. Convivem hoje paradoxalmente o desencanto com o trabalho padronizado e em série com o desejo de um trabalho adequado ao talento, à atração, ao gosto pessoal. A aspiração dos jovens dos anos sessenta ou setenta do século XX – a busca da natureza, a volta ao campo e ao artesanato – tem algo das idéias de Fourier e da sua sugestão de séries atraentes ao trabalho no campo, diversificado conforme indivíduos e os momentos, nas combinações variadas da vida.

Segundo Wright Mills, o sociólogo que analisou os colarinhos brancos nem a concepção renascentista do trabalho, que lhe atribui um significado intrínseco aquela idéia humanista do trabalho como arte e criação do homem nem o evangelho

secularizado do trabalho como ato compulsório da religião burguesa têm grande influência sobre as massas trabalhadoras do século XX, depois das duas guerras mundiais e a invenção do computador. Para a maioria dos empregados, o trabalho tem um certo caráter desagradável. Se entre os operários e empregados assalariados há muito pouco da motivação religiosa de que falava Marx Weber, certamente o entusiasmo dos humanistas da Renascença também não se encontra entre os funcionários das companhias de seguros, os carregadores ou as balconistas das cidades contemporâneas. Se o vendedor de sapatos ou o executivo de indústria têxtil quase não pensam no significado religioso do trabalho, também poucas telefonistas, recepcionistas ou mesmo professoras experimentam a tranqüilidade interior que falam os humanistas. A alegria com o trabalho criador é cada vez mais restrita a uma pequena minoria. P[ara as massas dos empregados de escritórios e para os operários, o trabalho não é um meio a servir a seu Deus, nem a qualquer coisa de divino que possam sentir em si mesmos. Neles não há nenhuma vontade obstinada de trabalhar, e sua rotina cotidiana traz poucas satisfações positivas. A nova classe médias, constituída de assalariados e burocratas, jamais foi atingida profundamente pela ética burguesa de trabalho. Ao mesmo tempo, o ideal do artesanato também nunca pertenceu a essas novas camadas sociais que se desenvolvem nesse século. Nem por tradição, nem pela natureza de seu trabalho, que não produz um produto claro visível, e que nesse sentido é improdutivo. Os novos controles sociais criam nas massas, através da propaganda veículos pelos meios de comunicação, uma carência irresistível para a produção e o consumo do supérfluo. O trabalho entorpecedor, como cachaça para esquecer a falta de reais, liberdades, se torna necessária mesmo ali onde não mais existe a necessidade real do trabalho, onde já há superprodução de riquezas. Por isto se tornam necessário cada vez mais também, modos de lazer também entorpecedores, que dourem a pílula e ajudem a conforma-se com liberdades decepcionantes, como a de uma imprensa livre que se autocensura para se manter bem com os anunciantes ou a opinião pública predominante; ou com a pequena liberdade de escolher na estante do supermercado entre diversas marcas de engenhocas eletrodomésticos. O trabalho, pois, segundo Marcuse, não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienante. A servidão do trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos com seres políticos e pensantes.

A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seria mais do que suficiente para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim manter as inércias de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente. A integração dos trabalhadores sempre foi acompanhada de formas de pressão, como a ameaça da perda dos meios de sobrevivência, a distribuição da "justiça" a polícia, as forças armadas. E em todo tempo e período moderno a eficiência técnica do aparato de produção foi um meio importante de sujeição dos trabalhadores. Mas no período contemporâneo as formas de controle social seriam tecnológicas numa nova direção. Os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da razão, exercendo-se em nome do bem de todos os grupos e interesses sociais, a ponto de que toda contradição é vista como irracional e toda ação contrária parece impossível. A televisão em cores doméstica ou individual; o uso do computador na produção e na organização social; a locomoção por automóvel particular- são exemplos destas metas gerais de cunho tecnológico que criam necessidade de mais trabalho, subjetiva e objetivamente, enquanto mudam os hábitos de consumo. O espaço privado, no qual o homem pode tornar-se e permanecer ele mesmo, aquele espaço de liberdade interior tão idealizado, se apresenta hoje invadido pela realidade tecnológica, e isso não só pelo domínio da televisão em todas as esferas domésticas. O aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz vendem e impõem o sistema social como um todo. Os meios de transporte, e comunicação de massa; as mercadorias cara, alimento, roupa; a produção irresistível da indústria de diversões e informações trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores, e, através destes, ao todo. O indivíduo se identifica a esse todo social pelos seus hábitos, sem consciência clara.

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência imune à sua própria falsidade. E ao ficarem esses bens à disposição de maior número de indivíduos e classes sociais, a doutrinação que eles carregam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida; em alguns aspectos muito melhor do que o de antes. E como um bom estilo de vida, milita contra a sua transformação qualitativa. Surge assim um padrão de pensamento e de comportamento no qual as

idéias, aspirações e objetivos que por seu conteúdo transcendam o universo estabelecido pela palavra e na ação-seja as idéias pacifistas ou influências da filosofia oriental tenderão a ser repelidos ou reduzidos a termos desse universo: assimilador, integrados, recuperados, quem sabe, tornados inócuos, sem poder transformador. Assim, o trabalho hoje não seria só alienante porque o esforço alienado imbeciliza e reduz a capacidade de opor-se ao sistema e superá-lo. O produto do trabalho e o seu consumo escravizam; terminam o processo de alienação e cooptação do indivíduo, que não pode mais se destacar e opor. O trabalho torna-se necessário porque o produto é visto como tal; e assim se fecha o círculo da nova dominação.

O que o trabalho não é

É preciso refletir um pouco sobre as semelhanças e diferenças eventuais entre trabalho e emprego. Na linguagem coloquial, muitas vezes se diz trabalho por emprego, e vice-versa. Está tão difundida a maneira moderna de trabalho e serviço de uma organização ou um patrão, como assalariado, que ninguém estremece ao ver integralmente identificados os termos emprego e trabalho.

Muitas vezes fazemos a nossa preparação profissional não exatamente para atingir o domínio de um saber ou de uma técnica, ou alcançar a satisfação de uma nova capacidade. O que se pretende é depois do curso conseguir um emprego melhor, ou pelo menos o melhor emprego de nosso tempo.

Se não houver emprego para médico para médico em determinada região de pouco desenvolvimento econômico e de população muito pobre, é capaz de alguém pensar que lá há trabalho para médico, como se o nível de saúde fosse ótimo, sem se perguntar pelas muitas pessoas doentes ou frágeis que carecem dos serviços médicos terapêuticos ou preventivos. Dizer, por exemplo, que não há trabalho para enfermeiros no Acre equivale ao absurdo de tornar a estrita oferta de emprego assalariado, embora realizando um trabalho autônomo de biscateiro, dona-de-casa, camelô, artesão ou técnico mesmo que não o faça de modo clandestino ou

informal, ainda assim poderá considerar-se desempregado ou subempregado. Na realidade, está apenas sem um emprego assalariado que lhe dê os direitos de assistência de saúde e aposentadoria junto ao aparelho estatal. Não possui a garantia de um salário fixo; talvez não possa gozar do convívio regular de colegas, não tenha logo a oportunidade de pertencer a uma associação ou sindicato, nem possa reivindicar melhores salários ou condições de trabalho. Mas é possível que esse desempregado autônomo não só trabalhe efetivamente mais do que um assalariado, mas também chegue a ganhar uma renda maior do que o salário de seu colega de emprego fixo.

Paul Singer, conhecido economista brasileiro, distingue entre setores de emprego: o setor de mercado, do emprego na produção capitalista, propriamente dita; o setor autônomo, da produção simples de mercadorias, por artesanato ou em pequenas manufaturas; o setor de subsistência, do trabalho na produção de alimentos predominantemente para a subsistência do trabalhador e de sua família, como o campo, em certas situações onde há pequena propriedade; e o setor de emprego nas atividades governamentais. O mesmo economista comenta que hoje, na prática, emprego não se entende, em primeiro lugar, como uma atividade peculiar, no sentido técnico de trabalho ou produção, mas sim como recurso de acesso, mesmo que parcial e defeituoso, a uma parte de renda, e conseqüentemente, ao consumo. "As pessoas trabalham ante para poder consumir do que propriamente para produzir alguma coisa". O seguro desemprego, que ainda não há no Brasil, é uma compensação e uma garantia interessante conquistada pelos trabalhadores na maioria dos países, na Europa e nos EUA, mas também entre nossos vizinhos, como no Peru ou no Uruguai. Se reconhece que são os azares da economia de mercado que ameaçam as pessoas de ficarem provisória ou permanentemente à margem do sistema de trabalho, não podemos considerar menos que um direito, e mínimo, este de uma renda emergencial para o trabalhador e seus eventuais dependentes no desemprego. Não só o estado, também a sociedade civil tem desenvolvido estratégias para combater ou minorar os efeitos ou mexer com os mecanismos do desemprego. Os sindicatos, se não conseguiram organizar e mobilizar os desempregados para lutar por seus interesses- o que oferece dificuldades óbvias, pois os desempregados estão muito ocupados em sobreviver, apesar de seu problema -, vêm indiretamente combatendo o

desemprego: pela luta, pela proteção dos empregos, pela estabilidade no emprego e pela redução da jornada de trabalho. Esta redução da jornada poderá e tenderá a possibilitar uma melhor distribuição do trabalho existente por maior número de trabalhadores. A distribuição mais eqüitativa da renda dessa sociedade passa por uma melhor distribuição do trabalho. Menos trabalho melhor remunerado para maior número de trabalhadores é tão importante quanto diminuir as taxas de juros ou lucros do capital.

Outra distinção hoje ainda muito polêmica, e que Paul Singer esclarece, é a que se refere ao conceito de trabalho produtivo ou improdutivo. Desde Adam Smith e Marx convivem em guerra pelo menos dois ou três conceitos ou critérios de avaliação da produtividade de um trabalho. Na acepção mais restrita, do ponto de vista do capital, o trabalho só é produtivo quando cria valor, mais valor – valor maior do que é consumido, e, portanto, dê lucro para a empresa em que se realiza. Numa acepção mais ampla, será produtivo todo trabalho que criar bens de consumo ou serviços que se destinem a satisfazer necessidades humanas. Para alguns, ainda, só se considera produtivo o trabalho que se materialize em objetos, nesse sentido, os serviços não seriam produtivos. Há algumas complicações e nuances em torno desses conceitos. Pode-se distinguir, por exemplo entre trabalho necessário e excedente indiscutível, é o produto que satisfaz às necessidades básicas do consumo dos produtores: o leite, o pão, o feijão com arroz dos camponeses. Por isso há consenso entre os economistas de que o trabalho do agricultor é produtivo. Para os fisiocratas, pensadores da economia contemporâneos do início do capitalismo, só mesmo os que se dedicam ao cultivo da terra de fato provêm o seu sustento (como o dos demais). Mas as coisas se complicam ainda mais quando se destaca o esforço necessário mais improdutivo, como, por exemplo, no trabalho do contador. Marx considerava a contabilidade uma atividade improdutiva, mas também lhe era claro que, para poder funcionar bem, a produção social precisa do trabalho do contabilista. E que dizer da atividade do operário que trabalha em uma fábrica de armamentos? Se a guerra for julgada como humanamente desnecessária, porque destrutiva e má em si, todo esse “valor” criado na fábrica de armas deve ser por to no rol do trabalho improdutivo.

A conservação da saúde é trabalho produtivo, porque se refere a vida, fonte de todos os valores. A boa alimentação, a educação física e saudáveis

condições de trabalho, moradia e lazer devem poder evitar a doença e tornar desnecessárias as consultas médicas, essas distinções se tornam hoje ainda mais duvidosas quando é evidente o efeito do trabalho improdutivo sobre o daquele que produz. A ciência e a tecnologia transformam os usos e métodos de trabalho. Sobre o pano de fundo destas realidades, vale abrir um parênteses sobre a reprodução, conservação e constante atualização da força viva de trabalho. É por aí que é possível começar a repensar a questão do trabalho doméstico, em geral realizado por mulheres. De início, há várias distinções a lembrar. O trabalho encomendado pelo fábrica e realizado em casa é uma espécie de trabalho doméstico, mas sua contribuição para a produção social não é questionada. Este é um trabalho produtivo ligado. A ordem industrial e capitalista. Pode parecer discutível a produtividade de um trabalho realizado em horas de lazer, como hobby, depois do trabalho assalariado. Só o caráter do meu hobby, poderá garantir ou negar que ela satisfaça necessidades minhas ou do meu grupo. Assim se coleciono selos, pode ser questionada a produtividade ou não desta tarefa de colecionador. Ela pode valer como registro histórico, produção para os museus, base e matéria prima para posterior trabalho do historiador, do professor de história, da escola, da produção de revistas históricas. Mas se teço roupas de inverno que vão aquecer os corpos dos meus filhos nos dias frios, comprovo cabalmente a dimensão produtiva do meu trabalho doméstico.

Na acepção mais comum da expressão, contudo, trabalho doméstico é entendido como o labor da casa, o serviço à família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado, é como esforço isolado, muitas vezes solitário. Preparar alimentos, cozinhar, lavar roupas, remendá-las, passar a ferro, recolher, guardar, secar, limpar, lustrar, são tarefas que continuam a ser realizadas em grande parte em casa, sem remuneração, e por mulheres, mesmo quando estas também trabalham (e produzem mais – valia) em outra situação: no escritório, na fábrica, na loja, na escola. Uma complexa e importante dessas tarefas é a fabricação caseira das refeições que garantem a reprodução da força do trabalho atual, dos homens e de todos os adultos ou adolescentes da família. Outra atividade produtiva é o cuidado com as crianças, porque estão no plano restrito da economia, como futura força viva de trabalho. Criar um menino nada tem de labor comum ou inútil, por ser privado e sem salário; São eles que amanhã, no plano social levarão o peso dos

velhos – que possa ser reconhecido como atividade econômica e socialmente produtiva.

Uma mulher cuidando de seu bebê em tempo integral, guardando na gaveta seus diplomas de química, física, há aí sobra, desperdício, uma falta de aproveitamento da força viva de trabalho. Nos países ricos, na passagem do século XIX para XX, como resultado da luta dos operários e suas reivindicações de melhorias de salários e condições de vida, diminui na classe de trabalhadores da indústria a percentagem de participação de mão-de-obra feminina; no mesmo momento histórico em que uma nova mulher era reivindicação de grupos feministas e socialistas, e que as mulheres das classes médias saíam à luta. As reações – tão difíceis de vencer – contra movimento de emancipação das mulheres do serviço doméstico talvez tenham aí uma de suas motivações mais fortes: seria a percepção subconsciente da sociedade e das classes trabalhadoras de que tais tarefas subvalorizadas são altamente significativas e economicamente essenciais. A sociedade reconhece o trabalho doméstico como sub-repeticionalmente produtivo, mas não o faz abertamente, tornando assim o serviço doméstico superexploração das mulheres.

O número de mulheres contam com ajuda de outra no serviço doméstico. Tomando-se duas mulheres na faina da espécie e da sobrevivência, na reprodução da força de trabalho atual e futura.

Na problemática de um trabalho típico de nono tempo como produtivo ou não, “o trabalho social propriamente dito”. Nele se inclui toda ação organizada que vira reduzir a inadaptação social ou que é explícita ou implicitamente preventiva da inadaptação de um indivíduo ou de um grupo. Podemos considerar como trabalhador social desde o reeducador até o animador cultural, passando pelo psicólogo escolar e o assistente social. A origem do trabalho social está nos voluntários de beneficência do passado e a profissionalização o liga a todos os outros serviços modernos. O trabalho social é acompanhado de um certo desprezo por parte de quem faz outro trabalho produtivo no sentido estrito; na produção de bens essenciais à sobrevivência; produção de coisas úteis ou belas; porque o capital julga produtivo porque dá lucro. Trabalho social dá vantagens ao sistema, na medida que muda comportamentos dos produtores. Há quem julgue o trabalho como um dever. É o que o aparece na concepção puritana da vida e acaba sendo acentuado

nas versões da sociedade industrial. E se nos deixarmos empolgar pela visão positiva do trabalho, mesmo na sua concepção humanista, renascentista, o trabalho não só é um dever, mas um direito, pois através dele o homem é homem, se faz, se aparece; enquanto cria, entra na relação com os outros, com o seu tempo, cria o seu mundo, se torna reconhecido e deixa impressa no planeta em que vive a marca de sua passagem.

Mas... e se for possível suprimir quase todo o trabalho pelo progresso da automação? Sem maior necessidade de esforço físico? O homem se esgota?, se extingue? Morrerá? Como sobreviverão as massas dos séculos vindouros?, se não forem empregadas para produzir a sua sobrevivência e a do sistema em que estiverem? Saberemos descobrir o modo de distribuir a riqueza sem uma distribuição do trabalho?

Para aceitar como uma boa chance a chegada de um mundo onde a produção de alimentos e de objetos necessários possa ser facilmente providenciadas pelas máquinas com alto nível de automação, é preciso superar a loucura do trabalho, aquela que Paul Lafargue via como a doença do tempo burguês. Para isso teremos de pressupor que a identidade de uma pessoa transcende, em grandeza e dignidade, tudo o que ela possa fazer ou produzir; cabe enxergar que os homens não se identificam perfeitamente com mais obras, e têm uma carência de respeito acima delas. Seria reconhecer com Hannah Arent que, no caso do Gênio criador, é para sua aflição e não para a sua glória que se subverte nela a supremacia do homem sobre a sua obra. Pois o criador vivo se vê concorrendo com suas criações às quais se sobrepõe, ainda que elas possam vir a resistir mais tempo. A relação do produtor com os seus produtos, do criador com sua obra, não pode ser de tal identificação que nos cegue para perceber o homem por trás da obra, perfeita, ou o homem maior detrás daquela obra menos realizada. As obras não refletem seus criadores num espelho fiel. Há as que lhe ficam aquém; há as que os superam. Alguém disse de Oswald de Andrade que ele não aparece inteiro em sua obra; que não lhe faz justiça. Esta frase, dita entre acadêmicos germânicos, pode causar risos irônicos, pois para certas mentalidades muito objetivas homem e obra se dão o exato testemunho, sem outro; mas convém pensar melhor sobre ela. O paralítico cujo olhar e sorriso nos transmitem uma força peculiar não pode provar pelo trabalho a sua identidade, a qualidade e o mistério de sua

vida. E ele tem carências, as mais materiais, que uma coletividade digna da denominação de humana deverá levar em conta, respeitar e procurar atender. Isto não é o mesmo que premiar o ocioso, o que vive da exploração do trabalho alheio ou sem esforço. Mas considerar, ao contrário, a realidade das carência de todos, para que se peça de cada um conforme as suas capacidades, e se dê a cada um conforme as suas necessidades.

O que o trabalho não ainda não é, mas pode ser

A cada um seguindo sua necessidade, e de cada um conforme a sua capacidade é a regra do socialismo: isto é, deve ser tornar a regra da ordem ideal do comunismo. Borneman se fundamenta na constatação de que entre os elementos estruturais da sociedade de clãs matrilineares do mundo antigo, o trabalho seria concebido como fonte de prazer; o acento seria posto na criatividade, sobre a produtividade, o trabalho seria o produto da alegria de criar, satisfação análoga à atividade do artista, do pensador, do amador que exerce toda espécie de ofícios. Numa sociedade feliz, sem classes, o objetivo supremo não será mais o rendimento, o desempenho, mas a criação. O trabalho não será mais uma carga que o homem suporta, apesar dele mesmo porque sem ele não sabe do que viveria. De modo que o trabalho poderá tornar-se, enfim, uma atividade com sentido. O ideal de uma sociedade progressista não deve ser aquele de luta, da concorrência, da inveja e da agressividade. Só pode ser o do processo criativo que vemos na atividade do pesquisador, do sábio ou do artista. Um pesquisador não dirige a sua pesquisa no objetivo de bater-se com um outro. O escritor não escreve seu livro porque se sente em concorrência com um outro e quer vendê-lo. O pintor não faz seus quadros para produzir mais que seu vizinho. Quem cria não tem necessidade de aniquilar outros criadores, porque sua energia está empregada na criação. Quem cria não sofre de medo do vizinho, nem desse medo de sua própria inferioridade que conduz à agressividade e à justificação da violência.

Quem consegue criar passa uma energia boa para os outros; a criação pode ser a base de uma vida social mais feliz.

“Uma nova sociedade não se consegue sobre sonhos abstratos”
(Cornelius Castoriadis). A transformação do mundo do trabalho pela gestão operária.
A gestão operária transformando o mundo do trabalho.

“A gestão operária não quer dizer que os indivíduos de origem operária sejam nomeados no lugar dos atuais dirigentes, mas sim que a produção, em todos os níveis, seja dirigida pela coletividade dos trabalhadores: operários, empregados e técnicos. A instauração da gestão operária é o que permitirá começar imediatamente a eliminar as contradições fundamentais da produção capitalista. A gestão operária marcará o fim da dominação do trabalho sobre o homem, e o começo da dominação do homem sobre seu trabalho”.

CONCLUSÃO

Concluimos, ao término dessa leitura, segundo a visão de John Lock e vários outros pensadores que sem a cooperatividade de todos seria impossível o trabalho criador do homem.

Que o trabalho é força transformadora tanto intelectual como espiritual, sendo meio de subsistência do homem e suas gerações vindouras. Que qualquer forma de trabalho, realizada com perfeição dignifica e enobrece. Que a atividade de trabalhar se torna um direito e um dever, pois é de grande obrigação social dos governantes modernos, atuar sobre as estruturas sociais e da dinâmica econômica de modo a propiciar e garantir melhores condições de trabalho e vida para todos.

O trabalho na modernidade é uma técnica especializada, transformando a natureza em vista de produção. E que a propriedade privada nasce com a razão natural, de que uma vez nascidos, temos direito à própria preservação: a comida, a bebida, e a tudo quanto a natureza nos fornece para nossa sustentação. Deus que deu o mundo aos homens em comum, também lhes concedeu a razão para que o utilizassem para maior proveito da vida e da própria conveniência. O trabalho dá direito de posse, quando diligente e racional o homem conquista seu espaço, suas propriedades, seus bens, sem causar danos a outrem, sendo regra de propriedades, seus bens, sem causar danos a outrem, sendo regras de propriedade todo homem deve ter, tanto quanto possa utilizar, valerá ainda no mundo sem prejudicar a ninguém, tendo o homem o direito de se apropriar, pelo trabalho, de tudo quanto na natureza pudesse fazer uso.

Sendo o trabalho que provoca a diferença de valores em tudo que existe. De tudo isso, é evidente, que, embora a natureza tendo nos ofereça em comum, o homem, sendo senhor de si próprio e proprietário de sua pessoa e das ações ou do trabalho que executa, tem ainda em si mesmo a base da propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Referência

ABRAGNAND, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2ª, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

JOHNSON, Allair. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

FERREIRA, Aurélio Ruarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed., Nova Fronteira, 1993

Bibliografia

ALBORNOZ, Suzana. O que é o trabalho, 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Roberto Raposo. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARENDT, Hannah. **A Dignidade da Política**. Helena Martins e Outros. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**. Introdução à Filosofia / Maria Helena Pires Martins 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CHARBONNEAU, Paul-Eugene. **Marxismo e Socialismo Real**. São Paulo: Loyola, 1984

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1995.